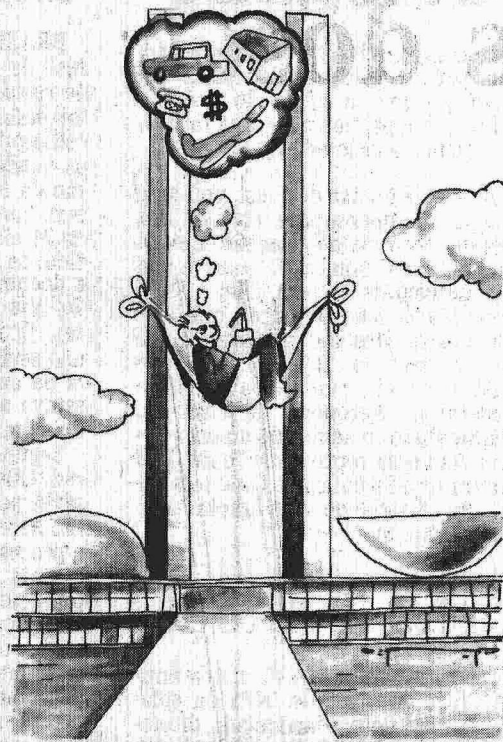


Eleitos em Brasília terão regalias fixadas em 87

BRASÍLIA — As atuais Mesas da Câmara e do Senado deverão transferir para suas sucessoras a decisão sobre a extensão aos congressistas eleitos por Brasília das cotas de serviços referentes a moradia, auxílio-transporte, serviços de telefonia e passagens aéreas. Como antes, quando o Congresso funcionava no Rio, os congressistas de lá não tinham o direito a essas cotas, agora ninguém sabe o que fazer com os eleitos pelo Distrito Federal.

A decisão preliminar deverá ser tomada pela Mesa da Câmara, uma vez que, nesses casos, é praxe a Comissão Diretora do Senado acompanhar as resoluções. O Senado vive um problema maior do que o da Câmara, pois a cota de passagem é optativa: o senador pode receber em bilhetes ou em espécie. Na Câmara, a cota é fornecida exclusivamente em bilhetes.

No Senado, o Chefe do Serviço de Pagamentos, Celso Souza, informa



ser proibido revelar à imprensa os vencimentos reais de um senador. Isso ocorre "até em função da carga que os jornais vêm fazendo em cima do Senado", confirma o encarregado do Serviço de Pagamentos, Luiz

Antônio Rocha.

Eles informam apenas que não existe muita diferença entre os vencimentos de um deputado e de um senador.

Um deputado, segundo dados oficiais da Mesa da Câmara, recebe um salário variável de Cz\$ 45 a 50 mil, excetuando-se as cotas de passagens, serviços de telefonia e postal telegráfico, que não são conversíveis em espécie. Essas cotas variam de Estado para Estado, no caso de passagens e de serviço de telefonia.

Um deputado de Roraima, por exemplo, recebe uma cota de passagens referente a Cz\$ 24.194,10 e é isento de impulsos telefônicos até o teto referente a Cz\$ 6.339,39. No caso das passagens aéreas, o deputado recebe três bilhetes mensais para o seu Estado, sendo um com escala no Rio, e uma passagem mensal Brasília-Rio-Brasília.

A passagem da ponte Brasília-Rio pode ser estendida a deputados eleitos pelo Distrito Federal, segundo informa um integrante da mesa, porque "a ida ao Rio é considerada necessária pelo fato de que muitos órgãos da administração federal ainda funcionam na antiga capital".

Quanto à franquia telefônica, integrantes da Mesa acham que é uma

regalia que não pode ser estendida aos congressistas do Distrito Federal pelo simples fato de seus eleitores residirem aqui. O que pode ser feito nesse caso, segundo opinião da atual Mesa, é dar aos deputados por Brasília a mesma cota destinada aos de Goiás, que é da ordem de Cz\$ 5.492,14.

Já a franquia postal telegráfica não deverá ser alterada.

A grande polêmica deverá ficar mesmo por conta do auxílio-moradia. Um deputado sem imóvel funcional recebe uma ajuda de moradia da ordem de Cz\$ 8.000,00, "independentemente do Estado de sua procedência".

Há deputados que, mesmo tendo residência própria em Brasília, recebem o auxílio-moradia. Os que não recebem é porque alugaram seus imóveis e passaram, a residir em apartamentos funcionais.

O auxílio-transporte também é outro problema. Para o deslocamento em seu estado, o deputado recebe pouco acima de Cz\$ 9.000,00 e, para locomover-se em Brasília, essa ajuda é de cerca de Cz\$ 6.500,00. No total, incluindo os valores não reversíveis em espécie, os vencimentos de um deputado ultrapassam os Cz\$ 80 mil.

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

TESTE DO NOME DO ELEITOR *****

CATAPREV CATAPREV CATAPREV CATAPREV

DATA DE NASCIMENTO 99/99/99 N.º INSCRIÇÃO 99-999999-99 ZONA 999 SEÇÃO 9999

MUNICÍPIO NOME DO MUNICÍPIO DATA DE EMISSÃO 13/10/86

PRESIDENTE DO TRE

TÍTULO INUTILIZADO DEI N.º 999/86

Tourença Passa

Título eleitoral já em prova

O Presidente Sarney recebeu ontem do Ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, as primeiras provas dos títulos eleitorais (modelo acima) que estão sendo confeccionados pela Dataprev (empresa de processamento de dados da Previdência Social). A Dataprev até o final deste mês entrega aos Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Acre, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Piauí, Rondônia e Sergipe os

11 milhões de títulos eleitorais que estão a seu cargo e mais as folhas com relação dos votantes. Segundo informações do Ministério, no dia 5 será encaminhada ao Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) a listagem dos eleitores inscritos nos oito Estados, para ser realizada uma verificação dos inscritos, evitando-se assim a emissão de mais de um título.